

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SÔBRE A REFORMA DO EXÉRCITO

Ten-Cel EVERALDO DE OLIVEIRA REIS
Oficial de Estado-Maior

A Revolução Democrática trouxe para este País, a solução de problemas que há decênios vinham desafiando a capacidade dos homens públicos, ou pior, vinham sendo utilizados como espantalho, por uma súcia que "odiando o Governo exercia o poder".

Não nos cabe analisar o mérito das soluções encontradas. Ninguém pode porém escondê-las. As chamadas "reformas" — para muitos, mera bandeira da anarquia — estão sendo equacionadas e resolvidas: maioria absoluta, reforma agrária, reforma eleitoral, moradia, política de minérios, são alguns dentre os problemas resolvidos nestes primeiros meses de um governo, que honra ao País, honrando a si mesmo.

As Fôrças Armadas às quais a Revolução Democrática tanto deve, dentro deste clima de trabalho, fazem um exame retrospectivo e se aprestam para atualizar as próprias estruturas. Levado por um irreprimível espírito de cooperação, publico estas notas, na esperança de que ainda possam ser úteis.

Há um velho ditado de mau gosto que diz: "os militares estão sempre se preparando para travarem de novo, a última guerra em que tomaram parte". A verdade é outra porém. O que existe é a dificuldade de, nos chamados "tempo de paz", conseguirmos do País, as condições mínimas para nos prepararmos para a guerra, já que numa democracia, o individuo odeia a guerra e aceita a preparação para o eventual conflito, apenas como um mal menor.

Para qualquer um, que deseje verificar se as nossas Fôrças Armadas respondem ou não à realidade presente, a primeira tarefa que surge é o estudo da missão que nos é atribuída pela Constituição.

Para permitir o prosseguimento do nosso raciocínio, vamos esboçar a interpretação que nos parece mais consentânea.

Somos, se não um País subdesenvolvido, um País em que a estrutura sócio-econômica está ainda profundamente desequilibrada, propiciando assim clima grandemente adequado à subversão. Vivemos pois no Brasil, o clima da América do Sul, da África e da Ásia, agora felizmente com as tonalidades mais esmaecidas.

Assim, às Forças Armadas Brasileiras cabem no momento, em ordem de prioridade as seguintes tarefas :

- Manutenção da ordem interna ;
- Estar em condições de, simultaneamente ou não com a missão anterior, participar de uma força de contenção como País membro da ONU ;
- Estar em condições de intervir num conflito que tenha como palco o continente sul-americano.

Partindo dessa interpretação, que outros fatores de raciocínio devemos montar? Que a Revolução deve chegar às Forças Armadas, não como uma convulsão, mas sim como uma reconstrução inteligente; que, sem jacobinismos, podemos encontrar na História Pátria, um glorioso repositório de experiência, abrangendo inúmeros setores de atividade da sociedade nacional; que a experiência de outras nações pode e deve ser aproveitada, mas não apenas traduzida e encaixada em nossas Organizações como um brinquedo de armar.

Nascido no Governo Geral, vem o Exército prestando leal cooperação a este País, não só no restrito campo de suas atividades próprias, nos quais conquistou glórias imorredouras, no continente e fora dele. Mais ainda: como força constituída, participou da Independência, assegurando-a; esteve presente na Abdicação; possibilitou a Abolição; materializou a República, consolidando-a posteriormente; permitiu o chamado "movimento de 30" e "Estado Novo", para finalmente com o povo tornar vitoriosa a Revolução Democrática Brasileira. E isto tudo foi possível, porque procurando sempre montar o seu recrutamento nas legítimas camadas populares, jamais se afastou o Exército da realidade brasileira. Não será agora que irá fazê-lo.

É acaciano dizer-se mas não custa repetir que, a primeira tarefa que se impõe é verificar até que ponto a atual Lei de Organização responde às finalidades que admitimos como sendo as atuais finalidades das Forças Armadas. Em verdade, a atual Lei responde ainda às citadas destinações. Seria interessante, melhor precisar alguns aspectos, enquanto que em outros, pequenas modificações se impõem. Entre os primeiros estaria a mais nítida definição do Ministro como Comandante do Exército e do Estado-Maior como órgão de planejamento a médio e a longo prazo, de modo a organizar uma doutrina para o Exército. Embora já consagrados na legislação vigente, eles necessitariam ser mais explicitamente traduzidos. Quanto aos últimos, seria de bom alvitre, uma melhor estruturação dos Departamentos, reduzindo-lhes as Diretorias e Subdiretorias, com inegável economia para o erário público. As Grandes Unidades dedicaremos adiante um tópico especial.

Já que falamos em economia, seria possível admitirmos a hipótese, de redução das Forças Armadas? Antes de respondermos tracemos o retrato do Brasil: são 8.500.000 km², servindo de base a uma

população de 80 milhões de habitantes; população que cresce em ritmo acelerado, mas que se estrutura desodernadamente. Somos om País com extensão de continente, paupérrimo em meios de ligação e comunicações. Possuímos uma fronteira terrestre de 15.700 km e um litoral de 7.400 km. A isto tudo, e a todos êstes, deve o Brasil fazer presente a Soberania Nacional. Seria isto possível, incorporando um efetivo menor do que o anualmente incorporado, ou devemos pelo contrário procurar ultrapassar êste número ?

Quanto às Grandes Unidades, seria aconselhável extinguir as Artilharias e Infantarias Divisionárias (AD e ID). Em contrapartida, novos Grupamentos de Elementos de Fronteira deveriam ser criados.

Se há uma possibilidade de redução do número das Grandes Unidades, é imprescindível porém equipar, já e já, os Estados-Maiores das existentes, no sentido de possibilitar-lhes atender às hipóteses formuladas no início do trabalho, o que em última análise, significa atender primacialmente os seguintes aspectos :

- Segurança Interna ;
- Relações Públicas.

É interessante assinalar que o termo equipar foi empregado no sentido de reestruturar em pessoal e em material.

Outro aspecto a ser estudado é a prestação do Serviço Militar. Estará êste serviço sendo presado em moldes obejtivos? Estará respondendo às tarefas que admitimos como sendo as apropriadas às Fôrças Armadas ?

O Governo Revolucionário promulgou recente Lei do Serviço Militar, com a qual são feitas magníficas conquistas, quer no campo social, quer no campo da segurança interna. Vale ressaltar entre outras as seguintes :

- idade de início de prestação de serviços, dezenove anos ;
- criação de órgãos de Formação de Reserva, que diferem dos singelos Tiros de Guerra ou dos complexos CPOR ;
- solução para os problemas dos jovens que se destinam à Medicina, Odontologia e Veterinária ;
- prioridade de incorporação para os moços de nível de instrução superior ;
- possibilidade do Presidente poder "convocar" qualquer brasileiro para manutenção da ordem interna.

No momento, encontra-se em elaboração no EMFA, o Regulamento da Lei. Estimamos que seja substancial a cooperação prestada pela DSM, possuidora que é de vastíssimo acérvo de experiência que não pode nem deve ser desprezada.

Um outro aspecto : uma das tónicas mais em uso, pelos que advogam a actualização das Fôrças Armadas é a feitura de uma Lei de Inatividade que diminua substancialmente a idade compulsória. Entretanto, ninguém de bom senso pode deixar de reconhecer que tal Lei acarretaria ao Erário Público, substancial aumento de despesa. Quer nos parecer que seria possível buscar um equilíbrio, entre as necessidades das Fôrças Armadas e as possibilidades do Tesouro. É inegável que a um General no Comando de uma Divisão se exige, além de tudo mais, considerável vigor físico que lhe permita bem liderar a tropa. Todavia, é também inegável, que este mesmo homem, com um pouco mais de idade estará ainda grandemente apto para chefiar uma Diretoria. Uma lei que reconhecesse estas verdades meridianas, diminuindo a idade compulsória para determinadas funções, mas obrigando que o provimento de outras fôsse feito por oficiais da Reserva de 1ª Classe, seria, quer nos parecer, a solução patriótica para o assunto. É evidente, e diga-se logo, que ninguém poderia exercer na Reserva, cargo para o qual não se houvesse habilitado na Ativa.

Não se pode separar um estudo sério do problema da modernização das Fôrças Armadas, da análise do recrutamento e da formação dos Quadros. Estarão as atuais Escolas de Formação de Sargentos sendo úteis ao Exército? Retira-se um jovem da vida civil e um ano depois, como sargento, é ele entregue ao Exército e com acesso praticamente garantido até o posto de capitão. Estaria o jovem preparado para a missão de obedecer e de se fazer obedecido, como num sacerdócio? Dois aspectos, sem dúvida alguma, exigem desde logo carinhoso estudo : uma racional lei de promoções que crie verdadeiramente estímulos profissionais aos sargentos e que não consagre o princípio de que, "se não morrer serei promovido"; o outro, muito ligado ao primeiro, é uma arrumação mais racional das Qualificações, trabalho para o qual o Exército já está plenamente habilitado.

No que tange ao Quadro de Officiais, o problema terá de ser enfrentado pelo Colégio Militar. De tudo que se fala e se apregoa de Assistência Social, ainda é a idéia de LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, posta em execução por THOMAZ COELHO, uma das poucas coisas realmente eficaz. Entretanto, é inegável que deixou de ser o Colégio o celeiro onde o Exército encontrava a seiva que vitalizava a velha estrutura. Duas medidas nos parecem se impor desde já: criar em cada sede de Exército ou Comando Militar, um Colégio. Sem sombra de dúvidas, que o militar classificado no CMA teria bem menos motivos de preocupações, se lá encontrasse o Colégio para matricular os filhos. Entretanto, é evidente que o Exército deverá receber algo em troca: formar o Colégio anualmente, entre 200 e 300 jovens e nem a metade se destinar a AMAN é profundamente errado. Para que isto não succedesse, o Colégio Militar teria o seu currículo nitidamente dividido. O Ginásial seria idêntico aos demais, mas o colegial funcionaria sempre, como Escola Preparatória de Cadetes.

Mas não se fala em Colégio Militar, sem se falar em Magistério do Exército. Existe ainda motivo, para que o Exército forme oficiais, com a finalidade exclusiva de exercer o magistério no grau médio? Não seria mais econômico e portanto mais patriótico, o aproveitamento dentro de uma estrutura militar, dos inúmeros professores de ensino médio já razoavelmente formados em todo País? É evidente que a AMAN e o IME merecem especial atenção, muito embora o Instituto de há muito não recrute seus professores no Quadro do Magistério.

Outro aspecto a considerar deve ser o número de oficiais da ativa a formar por ano. Se é inconcebível qualquer raciocínio em termos de redução de efetivos das Forças Armadas, achamos porém que é premente a diminuição do número de oficiais que a AMAN forma anualmente. Tal medida acarretaria de pronto dois benefícios: melhor formação do subalterno da ativa, já que os poucos recursos materiais se tornariam mais compatíveis — uma grande ajuda na difícil solução do problema das promoções, já que se evitaria o gargalo no posto de capitão, em se formando na Academia número compatível com este posto, preenchendo-se o Quadro de Subalternos com oficiais da reserva convocados, como é previsto atualmente. Bastaria apenas, cumprir a lei.

A Indústria Militar e seus corolários naturais, o Técnico e o Equipamento merecem uma nova e profunda análise.

Ao Técnico do Exército e ao Estabelecimento Fabril do Exército coube neste país um papel de relêvo, mas que precisa ser reestruturado. Apanhamos aqui, ali e acolá uma série de idéias que giram tôdas mais ou menos em torno do que se segue: o IME é um motivo de orgulho para a inteligência do Exército; mantê-lo funcionando nas bases em que se encontra atualmente, acolhendo civis em seus cursos, não é apenas uma necessidade ou uma obrigação; é sim, realizar no mais alto grau, Relações Públicas. Outro órgão que deve receber um carinho todo especial é o Departamento de Estudo e Pesquisas, à revelia do qual nada se compraria no Exército: do prego até o artefato nuclear. Dotá-lo de tudo que ele realmente necessita é urgente e indispensável.

É evidente porém, que os atuais Estabelecimentos Fabris que se estivessem mostrando inócuos, teriam que ser progressivamente fechados, entregando-se à Indústria Civil, os encargos que ainda lhes estivessem afetos. Como país pobre, de pequeno orçamento militar, além de pequeno impossível de ser aumentado, deveríamos reverter tudo que fôsse possível destes Estabelecimentos para uma rede de Arsenais — um pelo menos, por Exército ou Comando Militar.

É evidente que uma solução nacionalista sem aspas que se impõe, é a de equiparmos às nossas Organizações Militares, ao máximo, com material fornecido pela nossa indústria, mesmo que este equipa-

mento seja apenas "material equivalente". O material importado destinar-se-ia apenas às Escolas e às Unidades a elas diretamente ligadas. Acho que é mesmo melhor pagar mais caro em cruzeiros por um material cuja manutenção e suprimento sejam exequíveis, do que pagar mais barato em dólares, por um de manutenção difícil e suprimento inexistente. E ainda há os aspectos de Segurança Interna: sem afetar profundamente a eficiência do soldado, a sociedade estaria mais consolidada com o maior desenvolvimento do Parque Industrial do Brasil. Quanto aos compromissos internacionais, não resta dúvida que um combatente bem formado (bem formado, repetimos) num "material equivalente", está apto a ação em curto prazo, com o "material de mobilização" previsto.

Seria ousar demasiadamente, num estudo desprezioso como este, tentaremos esboçar soluções para os problemas das diversas Armas e Serviços. Desejo porém expender algumas considerações as quais pode faltar profundidade, mas que traduzem sem dúvida, o consenso de muitos.

INFANTARIA — Seja na guerra convencional, seja na guerra nuclear, seja na guerra irregular, haverá alguém a quem será determinado conquistar e manter o terreno. Poderá variar, é evidente, a maneira de fazê-lo e a finalidade para a qual será feita. Esta tem sido a tarefa da Infantaria — a pé ou transportada — transportada sobre rodas ou por meios aéreos — Poderá exigir aqui maior mobilidade, ali maior capacidade de enquadramento, acolá maior capacidade de durar. Mas será sempre uma Infantaria.

Certas características todavia deverão ser preservadas, já que o Exército não pode prescindir delas. Enquadre o Regimento Sampaio uma, duas, três ou cinco peças de manobra, êle deverá ser sempre o Regimento Sampaio que se cobriu de glórias no Paraguai e conquistou MONTE CASTELO. A designação mantida não lhe diminuirá a eficiência operacional, mas sem risco de contestação aumentar-lhe-á o "panache", sem o qual nenhum Regimento lutou bem até hoje e possivelmente não lutará nunca.

CAVALARIA — Quanto à valorosa Cavalaria, a questão tem implicações bem mais sutis. Tendo as Unidades concentradas no TO para o qual sempre se destinou a mais elevada prioridade, vê-se agora a braços, com o problema de adaptar-se a uma participação numa Guerra Irregular ou numa Guerra Nuclear. É evidente que o romântico e glorioso Regimento de Cavalaria "a cavalo" não tem mais lugar. Desloca-se demasiado lentamente para os dias de hoje e por mais adestrado que seja, após uma etapa de 240 quilômetros está com a capacidade operacional reduzida. E 240 quilômetros, no século XX, não tem mais expressão como distância. A assertiva de que com o mau tempo só o cavalo se desloca está cada vez mais deixando de ser verdadeira. A impedimenta de um dos nossos RC, quando se deslocando

em meios hipomóveis é uma das coisas mais vulneráveis ao mau tempo, mesmo na execução de uma simples marcha administrativa.

A transformação dos nossos RC em Regimento de Cavalaria Motorizada, utilizando de maneira total as viaturas que o Parque Industrial Brasileiro já pode fornecer, é providência que não pode mais esperar. Isto entretanto não pode nem deve tornar os velhos Regimentos menos românticos e gloriosos. Ninguém de bom senso pode pensar de maneira diferente. As glórias de um Primeiro de Cavalaria, de um Regimento João Manuel, de um Dragões do Rio Negro ou de um Regimento Sá Brito, não podem perder brilho, sem que o Exército se deslustre e com êle a própria Nação. Entretanto não nos será possível descuidarmos das tradicionais missões de reconhecer, informar e cobrir, verdadeiras ainda no conflito nuclear. E que instrumentos destinaremos para estas tarefas? Os atuais Regimentos de Reconhecimento, de difícil manutenção, quase todos praticamente sem capacidade combativa como cavalaria? Ou criaremos um núcleo mecanizado, pequeno mas eficiente nos diversos RCM, "celulas mater" das futuras Unidades de emprêgo. É evidente que não cabe neste trabalho, apresentar soluções para problemas tão magnos e sim apenas apresentá-los aos companheiros, para que do estudo de todos surja uma melhor solução.

ARTILHARIA — No que tange à Artilharia de Campanha os problemas que surgem são mais de emprêgo doutrinário do que de estrutura. O emprêgo isolado da "peça" na guerra nuclear ou na guerra irregular, reforçada por elementos de cavalaria ou de infantaria que lhe forneçam segurança; a procura do tiro direto; a constituição do binômio artilharia — arma base, no escalão: peça — pelotão, tudo isto são aspectos doutrinários que devemos reestudar.

Já quanto à Artilharia Antiaérea e particularmente à Artilharia de Costa, o problema, como na Cavalaria apresenta minúcias que não podem ser descuradas. O que possuímos nestes setores? possuímos um sistema de defesa de costa com características já superadas e nem isto chegamos a possuir no campo da Antiaérea. Em contrapartida porém, somos donos de um acêrvo de conhecimentos carinhosamente estruturados em duas Escolas que têm prestado ao Exército uma soma de inestimáveis serviços, entre os quais se destaca a criação de uma mentalidade de trabalho e de estudo.

Até que ponto interessam êstes aspectos à Segurança Nacional? Até que ponto seria conveniente extinguir uma Unidade, se tal ato implica em fazer desaparecer o Exército numa vasta área do território nacional.

De início surge uma idéia. Estamos tentando entrar na fase dos misseis. Nada mais certo que o aproveitamento de tais elementos, racional e metòdicamente no trato dêste nôvo problema. Esta seria uma medida para desde já, antes que surjam os "donos do foguete".

ENGENHARIA — COMUNICAÇÕES — Parece-nos que está na hora de verificarmos, se a criação da Arma de Comunicações atendeu realmente ao que se dizia: "criação de uma mentalidade de comunicações", ou apenas se montou mais um "quebra cabeças", ficando as Unidades de Comunicações como estavam e surgindo uma porção de oficiais, para os quais até a "classificação" é um problema. Há porém algo neste campo, para o qual nunca será demasiado chamar a atenção: o Serviço Rádio. Ele não se constitui apenas na coluna vertebral do Exército. É a coluna vertebral do próprio país. E se-lo-á ainda por muito tempo. É preciso pois assegurar-lhe o que de melhor fôr possível, para dêle se obter a mais completa segurança e a mais brilhante eficiência.

SERVIÇOS — Dois fatores vêm desvirtuando os Serviços da sua verdadeira finalidade, que é: manter a eficiência combativa da tropa. Estes fatores são: a rotina da vida da caserna nos chamados tempos de paz e a luta do próprio Exército, no sentido de obviar as dificuldades de ordem material que assoberbam a família militar. Assim pois inúmeras vezes, o que mais preocupa o Serviço de Intendência Regional não é o rancho da tropa mas sim o supermercado. E para o Serviço de Saúde causa mais espécie à falta de obstetra do que de ortopedista.

Não somos nem poderemos ser contra o amparo à nossa própria família. Mas, antes de mais nada, somos pela manutenção do Exército dentro da execução das tarefas que lhes são próprias, realizando com prioridade o que é primacial.

Há um aspecto no Serviço de Saúde, ao qual cabe uma consideração especial. É a falta de médicos. Não somos dos que acreditam que faltam, em vista da baixa remuneração. Primeiro, porque a afirmativa não é verdadeira, já que o Exército enseja aos "oficiais titulados" o exercício profissional fora da caserna, o que significa compensação monetária. Tanto assim, que são inúmeros os companheiros, mesmo nas pequenas cidades que conquistam excelente situação financeira, exercendo a medicina no meio civil, embora o façam sem preocupação de grandes proventos. A favor de nosso ponto de vista está o fato de que não faltam dentistas, cujas atividades são exercidas em bases semelhantes às do médico.

Parece-nos que o principal motivo reside no fato, de em particular ao médico da tropa é difícil o aperfeiçoamento e a especialização dentro da medicina.

Uma tentativa que valeria a pena fazer seria aproveitar a atual Lei do Serviço Militar para a solução do problema. Já que a atual Lei concede aos jovens que se destinam às carreiras de médico, dentista, veterinário e farmacêutico tratamento especial na idade da incorporação. Nada mais justo que obrigá-los a prestar depois de formado o ano de serviço militar que ainda não prestaram. Este serviço seria obrigatoriamente em Corpo de tropa.

DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA — Depois de tudo isto alguém nos perguntará: e a Doutrina Militar Brasileira? Sinceramente não conheço nada mais parecido com o “sexo dos anjos”, que a “doutrina militar brasileira”. Para nós o que é fundamental é analisar-se o problema à luz da sociedade brasileira; perquirir a História Pátria e procurar as soluções anteriormente adotadas e então, com a cabeça nas nuvens e os pés na terra procurar resolvê-lo, colocando os interesses nacionais acima dos interesses dos grupos e dos indivíduos.

GUERRA NUCLEAR — Estamos em condições de estudá-la? Não só estamos, como devemos continuar a fazê-lo, como já se o faz carinhosamente na Escola de Estado-Maior e na Escola de Aperfeiçoamento.

Terei sempre como feliz ensinamento, que foi possível expulsar o comunismo do País, graças ao estudo metuculoso da Guerra Revolucionária feito no Estado-Maior do Exército, na Escola de Comando e Estado-Maior e na Escola de Aperfeiçoamento.

Devemos repetir a experiência e repetir com afinco e seriedade no campo da Guerra Nuclear. Não fazê-lo seria criminoso descuido.

Quero encerrar êste ensaio lembrando a lenda de Fênix: “Quando sentia aproximar-se a morte, construía Fênix um ninho de plantas aromáticas, no qual se deixava queimar pelo sol. E de suas cinzas, surgia uma nova e vaidosa ave”.

Temos observado que muitos companheiros buscam para o Exército uma solução dêste tipo. Arregimento-me porém entre os que assim não pensam; fico com os que buscam nas nossas próprias raízes, soluções para os problemas, fiel a uma tradição já longa e gloriosa do nosso Exército, que tem tido sempre como lema bem servir ao Brasil.



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista de estudos e debates profissionais. É a sua tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!